II - minuta do edital de apreciação do recurso, conforme modelo do Anexo II. § 2º O resultado da apreciação do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme modelo do Anexo II.

Art. 6º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 1º da Instrução Normativa nº 17, de 6 de agosto de 2018, que estabelece a ordem e prioridade na tramitação dos expedientes para julgamento no Procedimento Administrativo Tributário do Estado do Pará e define o elevado valor, nos termos do caput do art. 25 da Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. Dentre as circunstâncias indiciárias previstas no inciso I, dar-se-á prioridade àquelas motivadoras de declaração de nulidade de ato cadastral, conforme previstas nos arts. 8º-A ou 8º-B da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989."

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pelo Subsecretário da Administração Tributária.

Art. 8º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação. RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

ATO DECLARATÓRIO DE NULIDADE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DA INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS

O Subsecretário da Administração Tributária, em cumprimento ao disposto no art. 8º-C da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, c/c os arts. 160-A e 161 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

Considerando o todo exposto no Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF - nº <número do AINF, em negrito>, e em atendimento à representação constante nos autos de nº <número do processo de representação - em negrito>.

DECLARA

Art. 1º NULO o ato de inscrição no cadastro de contribuintes de ICMS da empresa <nome empresarial do sujeito passivo - em caixa alta e negrito>, inscrita com IE nº <nº da Inscrição Estadual - em negrito>, por ter sido constatado VÍCIO INSANÁVEL na inscrição.

Art. 2º INIDÔNEOS, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do fisco, todos os documentos fiscais emitidos pela empresa <nome empresarial do sujeito passivo - em caixa alta e negrito>, inscrita com IE nº <nº da Inscrição Estadual - em negrito>, conforme descritos em anexo. Parágrafo único. É vedado o crédito de imposto destacado nos documentos fiscais ora declarados inidôneos, nos termos do art. 46-A da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989.

Art. 3º Fica consignado o prazo de 30 (trinta) dias ao sujeito passivo para interposição de recurso contra o presente ato declaratório, sem efeito suspensivo, conforme disposto no § 1º do Art. 8º-C da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989.

Art. 4º Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir de <data do termo inicial da declaração de nulidade - em negrito>.

ANEXO - Sequência dos Documentos Declarados Inidôneos

Documento Fiscal Mod. XX - série XXX - desde o nº XXXXXXXXXX emitido em XX/XX/XXXX, até o nº XXXXXXXXXX, emitido em XX/XX/XXXX

ANEXO II

EDITAL DE APECIAÇÃO DE RECURSO CONTRA ATO DECLARATÓRIO DE NULIDADE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DA INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS

O Subsecretário da Administração Tributária, em cumprimento ao disposto no art. 8º-C da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, c/c os arts. 160-A e 161 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

Considerando o todo exposto no RECURSO nº <número do processo de recurso, em negrito> ao ato declaratório de nulidade de Inscrição Estadual e da inidoneidade dos documentos fiscais, conforme a representação constante nos autos de nº <número do processo de representação - em negrito>.

DECIDE

Pelo <PROVIMENTO>/<NÃO PROVIMENTO> do recurso, e consequente <REVOGAÇÃO>/<CONFIRMAÇÃO> do ato declaratório de nulidade de Inscrição Estadual e da inidoneidade dos documentos fiscais da empresa <nome empresarial do sujeito passivo - em caixa alta e negrito>, inscrita com IE nº <nº da Inscrição Estadual - em negrito>.

Protocolo: 936961

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Dispensa Nº 008/2023

Data Dispensa: 04.05.2023

Contrato Nº: 021/2023

Data Assinatura: 08.05.2023

Objeto: Locação de um bem imóvel urbano, de propriedade do locador, a ser construído conforme especificações técnicas fornecidas pelo Banco do Estado do Pará, cuja área a ser construída é de 250 m², que será realizado

pela empresa ÉVORA PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 46.251.552/0001-73, localizado na Quadra, nº 04, Setor nº 001, frente para Rua Padre Emílio Martins, nº 245, Bairro: Centro, entre Rua Coronel Severino de Moura e Passagem Nova II, no município de Portel/PA, a ser utilizado pelo Locatário para fins de instalação e funcionamento de Unidade Bancária, em cumprimento ao Planejamento Estratégico do Banpará, na modalidade built to suit, evitando a imobilização de patrimônio próprio do Banco e o dispêndio de recursos com a aquisição e eventual reforma do imóvel ao layout padrão das agências, diferindo no tempo tais despesas ao invés de custeá-las para providenciar a própria entrega da unidade. Os recursos do Banco, ao invés de se dirigirem à aquisição do terreno e construção do prédio, poderão ser aplicados em outras atividades, inclusive as de caráter finalístico, preservando a atual situação do Banco com relação ao índice de Basiléia.

Valor Mensal do Aluguel: R\$-29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais). Vigência: 08.05.2023 a 07.05.2038.

Fundamento Legal: Art. 29, Inciso V da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará.

Contratada: ÉVORA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Endereço: Av. Paulista, nº 2202 Conjunto 61 - Bairro: Bela Vista

CEP: 01310-932 São Paulo/SP

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello - Diretora Presidente.

Protocolo: 935406

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 468 DE 10 DE MAIO DE 2023

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de julho de 1997, publicado no DOE nº 28.508/18.07.1997, e CONSIDERANDO o Decreto nº 795, de 29/05/2020, publicado no DOE nº 34.240 de 01/06/2020;

E CONSIDERANDO o teor do processo nº 2023/497289.

R E S O L V E:

CEDER, a contar de 02.05.2023, à SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARÁ, o servidor CLEYTON ANDERSON SIQUEIRA MOTA, matrícula nº 57194867/1, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA - MATERNO INFANTIL, pelo período de 04 (quatro) anos, com ônus para o órgão de destino.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 10.05.2023.

ROMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 936841

PORTARIA Nº 512, 11 DE MAIO DE 2023.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 138 da Constituição Estadual e, CONSIDERANDO a manifestação jurídica constante nos autos nº 2020/612465, que indica a necessidade de instauração de Processo Administrativo de Inexecução Contratual, com o escopo de apurar possível responsabilidade, imputada, em tese, ao Hospital Santo Antônio Maria Zacaria, em decorrência de apresentação de certidão não autêntica, relativa à tributos federais.

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 707, de 02/08/2022, publicada no DOE nº 35.066, de 03/08/2022;

R E S O L V E:

I - Instaurar o competente Procedimento Administrativo, na forma do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, art. 5º, inciso IV da CF/88 e art's 104 e 105 da Lei nº 8.972/2020, com Comissão composta pelas servidoras: Venise dos Santos Alves, matrícula n.º 5637716/2, Marcilene Soares de Almeida, matrícula nº 55586506/1, Nádia Cristina Lima Silva, matrícula nº 57194072/1 e Suplentes: Márcia Cristina Santos Corrêa, matrícula nº 54194574/1, Greice Emanuele Vieira Pinheiro, matrícula nº 57234531/1 e Erik Deutscher Pinho, matrícula nº 57191253/1, para sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade em tese, e se for o caso, definir penalidade em desfavor da empresa;

II - A Comissão deverá garantir à referida Instituição os direitos à ampla defesa e ao contraditório e concluir os trabalhos com apresentação de relatório final no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação oficial, prorrogável por igual período, desde que por motivo fundamentado.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Em 11 de maio de 2023.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública.

Protocolo: 937037

PORTARIA Nº 0467 DE 10 DE MAIO DE 2023

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo art.138, parágrafo único, inciso V da Constituição Estadual,

E CONSIDERANDO o teor do PAE nº 2023/2091275.

R E S O L V E:

I - CESSAR, a contar de 04/05/2023, os efeitos na PORTARIA Nº 0426 de 05/08/2020, publicada no DOE nº 34.306 de 10/08/2020, que designou o servidor ÉDER DO AMARAL MONTEIRO, matrícula nº 57205643/1, para responder pela Coordenação Estadual de Doenças de Chagas.